

EDIFÍCIOS EM ALTURA MULTIFAMILIARES 1961-1996 NA CIDADE DO RECIFE-PE: Arquitetos discípulos da modernidade

Liliana ADRIÃO¹

Maria de Fátima CARDOSO²

Arthur MONTE³

Giovanna NUMERIANO⁴

Ricardo VINESOF⁵

RESUMO

A transformação da paisagem urbana recifense entre 1961 e 1996 destaca-se pela ascensão de edifícios em altura multifamiliares regulamentados inicialmente pelo Código de Obras de 1961, sucedido pelas legislações de 1983 e 1996. Enfocando os arquitetos influenciados pela Escola Pernambucana, como Vera Pires, Edson Pontes, Alexandre Mações e Wandenkolk Tinoco, a pesquisa utiliza a análise de dados por meio de redesenhos de plantas obtidos nos registros da prefeitura. Além disso, aborda a discussão sobre a Escola Pernambucana, destacando a trajetória dos pioneiros Mário Russo, Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim. O estudo busca traçar a continuidade da influência desses arquitetos discípulos, examinando suas contribuições para a arquitetura em altura na cidade do Recife e suas conexões com a Escola Pernambucana, proporcionando uma compreensão abrangente do desenvolvimento vertical multifamiliar na cidade.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna, Legislação, Edifícios multifamiliares.

ABSTRACT

The transformation of the urban landscape in Recife between 1961 and 1996 highlights the rise of multifamily high-rise buildings initially regulated by the 1961 Building Code, succeeded by legislations in 1983 and 1996. Focusing on architects influenced by the Pernambuco School, such as Vera Pires, Edson Pontes, Alexandre Mações, and Wandenkolk Tinoco, the research employs data analysis through redrawn plans obtained from municipal records. Additionally, it addresses the discourse on the Pernambuco School, emphasizing the trajectory of pioneers like Mário Russo, Acácio Gil Borsoi, and Delfim Amorim. The study aims to trace the continuity of these disciples' influence, examining their contributions to high-rise architecture in the city of Recife and their connections to the Pernambuco School.

- 1 Arquiteta e Professora Especialista –Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA, mestranda em Desenvolvimento Urbano (MDU-UFPE). Email: liliaadriao@gmail.com
- 2 Estudante de Arquitetura, Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA, Recife-PE.
- 3 Estudante de Arquitetura, Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA, Recife-PE.
- 4 Estudante de Arquitetura, Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA, Recife-PE.
- 5 Estudante de Arquitetura, Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA, Recife-PE.

providing a comprehensive understanding of the multifamily vertical development in the city.

Keywords: Modern architecture, Legislation, Multi-family Buildings.

INTRODUÇÃO

Os prédios em altura não apenas integraram irreversivelmente a nossa paisagem urbana, mas também se entrelaçaram à narrativa histórica de nossa cidade. Desde os primeiros exemplares que surgiram nas áreas centrais, como os edifícios passagem com galeria comercial da Avenida Conde da Boa Vista, até as construções de veraneio no emergente bairro de Boa Viagem nas décadas de 1950 e 1960, e aos edifícios mais recentes nas zonas Norte, nos bairros de Casa Forte, Poço da Panela, Graças, Aflitos, Apipucos e Rosarinho, nos quais os espaços de trabalho e moradia abrigam inúmeras recordações. Essas estruturas elevadas, onde permanecemos grande parte de nosso dia, viabilizaram a convivência em uma cidade de território tão limitado como o Recife.

O período compreendido entre 1961 e 1996 marcou uma fase significativa na história arquitetônica da cidade do Recife, Pernambuco, com a ascensão de edifícios em altura multifamiliares e sua regulação por meio, inicialmente, do código de obras de 1961, seguido pelas legislações de 1983 e 1996. Este artigo visa explorar o legado dos arquitetos influenciados pela Escola Pernambucana, dentre os quais Alexandre Mações, e Wandenkolk Tinoco. O objetivo principal é apresentar algumas obras destes profissionais, destacando seus projetos e a maneira como contribuíram para a evolução da arquitetura vertical multifamiliar na região.

A metodologia adotada envolve a análise de dados por meio de redesenhos de plantas, obtidos nos registros da prefeitura da cidade. Além disso, o artigo aborda a questão da continuidade da Escola Pernambucana, uma discussão muitas vezes envolta em controvérsias. Enquanto alguns, como o professor Maurício de Castro Passo, questionam a existência formal dessa escola, outros, como Reginaldo Luiz Esteves e Waldecy Fernandes Pinto, argumentam que a disseminação de ideias relacionadas ao clima local, integradas à influência moderna externa, criou uma abordagem única e distinta. Essa atmosfera singular influenciou os alunos da escola, incluindo os arquitetos aqui estudados, moldando suas perspectivas e práticas (MELO, 2022).

A trajetória dos arquitetos pioneiros, Mário Russo, Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim, foi fundamental para compreender a propagação dos princípios da modernidade na Escola de Belas Artes de Pernambuco, posteriormente Faculdade de Arquitetura da UFPE. Seus ensinamentos sobre métodos construtivos adaptados ao clima regional foram transmitidos às primeiras gerações de alunos, muitos dos quais se tornaram colaboradores em projetos para a Cidade Universitária do Recife. Este artigo, portanto, buscará traçar a influência contínua desses arquitetos discípulos, examinando suas contribuições para a arquitetura em altura na cidade do Recife, assim como suas conexões com a Escola Pernambucana.

OS EDIFÍCIOS VERTICAIS NA CIDADE DO RECIFE

A escassez de terreno seco influenciou a arquitetura do Recife desde os seus primórdios, resultando na notável presença de sobrados altos e estreitos. Há diversas especulações sobre se essa característica dos sobrados altos é uma herança holandesa ou uma resposta comum a cidades enfrentando limitações de espaço para construção. Nos séculos XVIII e XIX, os sobrados altos e esguios eram presença constante nas representações do centro do Recife, conforme registros das primeiras fotografias da cidade, principalmente nos bairros do Recife e Santo Antônio.

À medida que o crescimento urbano se intensificava no início do século XIX, a cidade testemunhava significativas transformações e inovações técnicas. Edifícios altos com elevadores começaram a surgir timidamente na década de 1920, exemplificado pelo conhecido "Arranha-céu da Pracinha" na atual Praça da Independência. O edifício, construído com estrutura de concreto armado e equipado com elevadores, tornou-se um marco na paisagem por décadas, exibindo uma fachada ecléticamente clássica com clara distinção entre base, corpo e coroamento.

Além do "Arranha-céu da Pracinha", outros dois marcos na verticalização da cidade no final da década de 1920 foram o Grande Hotel (1924-1938) e o Hotel Central (1927-1928), ambos projetados pelo arquiteto italiano Giacomo Palumbo, que se tornou uma figura proeminente na arquitetura da cidade nas décadas de 1920 e 1930 (CORTEZ, 2021).

Com a inauguração do Hotel Glória e do Copacabana Palace no Rio de Janeiro, a presença de um hotel luxuoso em Recife tornou-se um indicativo de modernidade para a cidade. Isso levou o Governo do Estado a promover a construção de um grande hotel modelo no antigo convento dos Jesuítas, à beira do Rio Capibaribe, onde funcionava a Faculdade de Direito até 1911. Apesar de manterem uma expressão baseada na linguagem clássica, o arranha-céu da Pracinha e os hotéis inovaram ao empregar o concreto armado em edifícios altos, permitindo grandes vãos e proporcionando maior durabilidade em comparação com as pontes de ferro e madeira. Esta evidência tornou-se um indicativo para a adoção do concreto armado na construção das novas pontes, como a Maurício de Nassau e Buarque de Macedo, que ligam os bairros do Recife e Santo Antônio.

O final da década de 1930 foi marcado pela construção de dois notáveis edifícios comerciais na região central da cidade: o Banco Auxiliar do Comércio, localizado na esquina da Rua 1º de Março com a Avenida Martins de Barros, e o edifício Sulamérica, situado na atual Praça da Independência. Ambos foram projetados pelo arquiteto italiano Roberto Capello, em 1933 e 1936, respectivamente. Os edifícios de sete andares, destacaram-se pela qualidade da construção, pelas linhas distintas das cornijas que marcavam cada pavimento, pelos revestimentos de alta qualidade, pelas persianas retráteis e pela pronunciada laje de cobertura que coroava ambas as estruturas (CORTEZ, 2021).

Construídos entre 1939 e 1949, os edifícios comerciais tornaram-se os mais altos e modernos da cidade, incorporando avançadas técnicas construtivas, seguindo a tendência estabelecida pelo Sulamérica e pelo Banco Auxiliar do Comércio. Embora os primeiros exemplares tenham surgido no final da década de 1930, tornaram-se uma presença constante nas décadas de 1940 e 1960 nos bairros mais nobres, como Graças e Espinheiro, antes que o aumento dos preços dos terrenos disponíveis começasse a inviabilizar essas iniciativas, favorecendo assim grandes investimentos.

O Bairro das Graças, por exemplo, ainda preserva diversos exemplares das décadas de 1940 e 1960. Edifícios seguindo os mesmos padrões também foram construídos no bairro de Boa Viagem, sendo os mais notáveis o Oceania e o já demolido Caiçara. Dependendo do público-alvo e do bairro, esses apartamentos tendiam a ser

mais compactos. Em bairros menos elitizados, como Afogados, Cordeiro, Casa Amarela e Encruzilhada, essa prática perdurou até os anos 1980.

Entre meados dos anos 1960 e meados dos anos 1990, Recife foi palco de uma notável evolução no que diz respeito a edifícios residenciais verticais, que gradualmente substituíram as residências unifamiliares como a principal forma de moradia para as classes média e alta locais. Se inicialmente Acácio Gil Borsoi e Vital Pessoa de Melo se destacaram pelas inovadoras rotações de volumes, e Wandenkolk Tinoco pelo design de suas amplas jardineiras, uma nova geração que emergiu nos anos 1980 conseguiu dar continuidade a essas experiências, colaborando com os mestres da geração anterior que continuaram ativos. Buscando uma transição fluida da casa para o apartamento, concebendo-os como casas superpostas, esses arquitetos desenvolveram famílias de edifícios que podem ser reconhecidas como obras autorais por meio de seus elementos distintivos. Destacam-se nesse contexto Alexandre de Castro e Silva, Wandenkolk Tinoco, Jerônimo & Pontual, bem como a geração subsequente representada por Marco Antonio Borsoi, Alexandre Mações e outros arquitetos mais jovens.

Ao abordar a evolução dos edifícios em altura na cidade do Recife, é imperativo considerar a interação vital entre a arquitetura inovadora e as legislações urbanísticas que moldaram o cenário construtivo. As transformações arquitetônicas, destacadas desde meados dos anos 1960 até os anos 1990, coincidiram significativamente com marcos legislativos importantes. O Código de Obras de 1961, seguido pela primeira legislação específica em 1983 e posteriormente pela regulamentação em 1996, desempenharam papéis cruciais na definição das diretrizes para o desenvolvimento vertical na cidade.

O CÓDIGO DE 1961 E AS LEIS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – LUOS DE 1983 E 1996.

A cidade do Recife, ao longo de sua história, tem experimentado uma evolução moldada pelas legislações que regem o uso e ocupação do solo. Essas normativas desempenham um papel fundamental na definição do cenário arquitetônico verticalizado da cidade. Dentre os diferentes marcos regulatórios, destaca-se o Código de Obras de 1961, um divisor de águas que estabeleceu as bases para o

ordenamento urbano, indo além de simples regulamentações para se tornar um marco seminal na configuração da cidade.

Na década de 1960, na normativa urbanística vigente, o código de obras de 1961, a edificação recebeu o mesmo tratamento da normativa anterior, do ano de 1953. O bloco foi tido como meio para expansão urbana da cidade do Recife e a forma da construção estava diretamente ligada ao uso do solo, baseando-se majoritariamente em recuos e em fórmulas para, também, um recuo progressivo. A mudança foi reflexo do movimento higienista que já ocorria com a Normativa de 1953, que provocou o adensamento das edificações em alguns bairros do Recife através do aumento da altura dos edifícios.

Entretanto, neste mesmo período havia enorme preocupação com a proliferação de doenças, muitas delas provocadas pelas precárias condições de higiene das edificações. O movimento surgido na era desenvolvimentista trouxe consigo a ampliação do higienismo. A cidade buscava a harmonia social, uma cidade limpa com regras de higiene eficientes. A construção civil buscou investir em tecnologias voltadas para a assepsia do espaço construído, com mais áreas verdes e quarteirões abertos. Buscaram-se parâmetros construtivos que levassem luz e ventilação naturais, como também vegetação para dentro e para o entorno das edificações. Consequentemente, a verticalização apresentou-se como a opção que melhor traduzia essas necessidades à época, possibilitando também uma rede de infraestrutura mais eficiente, com limpeza pública, salubridade e conforto, entre outros (Recife 500 anos, 2022).

A cidade do Recife cresceu através de um processo de ampliação do adensamento ao invés do espraiamento. Dentro do estudo urbano, o adensamento pode ser entendido como um trunfo econômico, pois os núcleos de produção e consumo são extremamente eficazes, além do fato de que as cidades têm necessidade de uma diversidade de usos. Essa visão acerca do adensamento urbano juntamente com a crise econômica que a cidade enfrentava na década de 1980 e consequente especulação imobiliária, evidencia o porquê da tendência à verticalização da cidade.

A mudança tipológica gradual pairou acima dos edifícios residenciais e empresariais e foi diretamente influenciada pela primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo, promulgada apenas na década de 1980, a Lei 14.511/1983, quando a cidade foi

divida entre Área de Expansão Urbana e Área Urbana. A área urbana foi rigorosamente dividida em zonas residenciais em “função dos parâmetros de densidade populacional e de tipologias de assentamentos habitacionais predominantes” (RECIFE, 1983).

tinha um caráter funcionalista, apontando zonas para fins habitacionais, industriais, comerciais – como usual no urbanismo modernista. Seus parâmetros variavam muito, mas algumas das zonas habitacionais tinham coeficientes de utilização bastante elevados (Recife 500 anos, 2022, página 65).

Ao longo da história urbana da cidade, diversas legislações foram promulgadas com o objetivo de regulamentar as edificações e o desenvolvimento urbano. Entre elas, destacam-se marcos como as leis de 1961 e 1983, que desempenharam papel significativo na configuração do ambiente urbano do Recife. No entanto, neste trabalho, concentramos nossa análise na LUOS de 1996, que se destaca como uma das mais influentes e importantes regulamentações urbanísticas da cidade. Abordaremos os aspectos mais relevantes dessa legislação e seu impacto na paisagem urbana e no processo de construção na cidade do Recife.

A LUOS de 1983 reduziu os parâmetros da área de solo natural para que a taxa de ocupação aumentasse, fazendo com que a construção ocupasse mais espaço dentro do terreno, com a ressalva para pavimentos destinados à garagem, esses também isentos dos parâmetros de afastamento, que também influenciou na verticalização das edificações. A legislação também introduziu o cálculo do coeficiente alternativo, que deu mais abertura para a construção de edifícios mais altos.

Com a concorrência e a crise econômica que marcou a década, as construtoras, pressionadas por uma intensa concorrência, deixaram de investir nestas experimentações promovidas pelos arquitetos e assistiu-se a uma padronização dos edifícios verticais (MOREIRA; FERRAZ, 2022, página 342).

Na década de 1980, no dia 17 de janeiro de 1983, foi promulgada a primeira lei especializada em uso e ocupação urbana na cidade do Recife. A Lei 14.511, dividiu a cidade do Recife em Área Urbana e Área de Expansão Urbana e subdividiu em diversos setores e zonas com seus respectivos parâmetros urbanísticos. Diversas outras diretrizes específicas foram tratadas sobre o uso e ocupação do solo. Por

conta das novas limitações e também maiores aberturas na legislação, a verticalização da cidade acabou por ser indiretamente incentivada e as edificações se tornaram mais livres para ganhar altura se mantendo coesas com o uso adequado do lote, trecho abordado pela Taxa de Ocupação do terreno.

Parte da lei deveria ser aplicada a qualquer tipo de edificação, mesmo que erguidas sobre pilotis, apenas com a ressalva no que se refere aos pavimentos destinados à garagem, guarda de veículos ou estacionamento. Aspecto pensado levando em consideração o crescimento da produção e venda de automóveis da década de 1980. Trecho visto sob lentes positivas alegando progresso mas também negativas, pois a partir dela, a Taxa de Solo natural seria reduzida. Foi determinado que esses poderiam ultrapassar a área definida pela Taxa de Ocupação exigida inicialmente, de acordo com o Anexo 4B. E ainda se ramificando, o § 3º se volta para os anexos 2B e 4B a fim de explicar outras exceções à regra. Tais anexos agrupavam as regulamentações à parte do texto corrido da Legislação, em tabelas onde pode-se visualizar com maior facilidade os regimentos de acordo com as Zonas especificadas em lei.

Ainda sobre o incentivo indireto da verticalização da cidade através da Lei, o Coeficiente de Utilização, era versado que nas edificações de tipologia H6 e H8, a taxa de ocupação do terreno seria de até 30% (trinta por cento). Porém, existiu outro adendo acerca da porcentagem, onde se dizia que para efeito de cálculo, os edifícios de tipologia H6 e H8 passariam a ter o coeficiente de utilização de 35%. Além desse adendo, na impressão original da Legislação, atualmente não disponível para retirada na Prefeitura, foram desenhados a fim de melhor entendimento do regime, áreas não computáveis no cálculo de uso, nela estavam inclusos os armários sacados.

A década de 1980, quando a LUOS foi promulgada, foi marcada por recessão econômica e crescimento de demais setores que influenciaram direta ou indiretamente na elaboração da mesma. A lei é tida como favorável a cidade - por valorizar o crescimento de suas edificações além de adendos posteriores e taxas de coeficiente alternativo que juntamente à taxa de ocupação, deixavam uma grande margem para a porcentagem de metros quadrados construídos.

O Plano de Uso e Ocupação do Solo 1996 reiterou a importância de as legislações refletirem e se manterem atualizadas em consonância com a realidade do desenvolvimento urbano. A legislação passou por uma mudança significativa em seu zoneamento, considerando aspectos diversos, como ocupação, características geomorfológicas e infraestrutura, especialmente definindo parâmetros específicos para áreas de morros na cidade. A nova organização divide a cidade em quatro zonas distintas: Zonas de Urbanização Preferencial – ZUP; Zonas de Urbanização de Morros – ZUM; Zona de Urbanização Restrita – ZUR e Zonas de Diretrizes Específicas.

Esta LUOS simplificou certos parâmetros, tornando-se a mais flexível dentre suas antecessoras, priorizando o planejamento apropriado para o uso e ocupação do solo, alinhado com o desenvolvimento urbano e boas práticas urbanísticas. Um ponto notável é a ausência de limites de altura estabelecidos para edifícios, com exceção de áreas restritas como o cone do aeroporto e zonas de preservação, refletindo uma abordagem mais adaptável e aberta às demandas do desenvolvimento urbano.

De acordo com as disposições da legislação de 1996, as construções passaram a desfrutar de uma maior flexibilidade na implementação de pavimentos destinados a estacionamentos, deixando de ser obrigatório atender aos parâmetros de coeficientes construtivos e afastamentos. Esse cenário impulsionou as edificações a se distanciar do nível do solo e a adotarem uma configuração mais fechada em relação à via pública, gerando uma arquitetura com atributos distintivos.

A evolução das legislações urbanísticas desempenhou um papel crucial na configuração da paisagem arquitetônica do Recife, incentivando maior flexibilidade na construção de edifícios multifamiliares. Essa flexibilidade se tornou um terreno fértil para os arquitetos discípulos da modernidade, que, enquanto navegavam pelas diretrizes legais, valiam-se dos ensinamentos da Escola Pernambucana. Os arquitetos, conscientes da importância de se adaptar às novas regulamentações, empregam artifícios arquitetônicos para contornar as restrições impostas pela legislação, criando soluções diversas e inovadoras. Em alguns casos, esses profissionais encontraram brechas para ir além das limitações, permitindo a construção de edifícios mais dinâmicos e adaptados às demandas contemporâneas,

evidenciando a habilidade de harmonizar tradição e modernidade na paisagem urbana. Essa interação entre a legislação em constante evolução e a prática arquitetônica revela a dinâmica intrínseca entre o ordenamento urbano e a inovação na arquitetura multifamiliar no Recife, conforme veremos em seguida.

A partir deste ponto, abordaremos as legislações de 1961, 1983 e 1996, por meio das contribuições de arquitetos discípulos da modernidade, evidenciadas em suas construções. A análise nos conduzirá a compreender como estas regulamentações influenciaram a estética e a funcionalidade das edificações, além de destacar como os arquitetos utilizaram seus conhecimentos da Escola Pernambucana para moldar a paisagem urbana do Recife.

DISCÍPULOS DA MODERNIDADE

Sob as diretrizes estabelecidas pelo Código de Obras de 1961, foram estudados três edifícios: o Edifício Medeiros, localizado no bairro da Torre, o Edifício Eilat, em Boa Viagem e o Edifício Jacyra, em Campo Grande. Estes edifícios, todos regulamentados pelas normativas do Código de Obras de 1961, representam expressões distintas da arquitetura sob a influência desse período normativo.

O Edifício Medeiros foi projetado pelos arquitetos Ernesto Lucas Vilaça e Vera Pires Viana, em 1974, inspirados pelas ideias de Delfim Amorim. O corpo do edifício é formado por cinco pavimentos, com setorização bem definida. Assim como no Edifício Barão do Rio Branco, o núcleo de circulação vertical segue a legislação, sem se destacar no exterior do edifício. Azulejos azuis e brancos utilizados no revestimento externo se alternam em linhas horizontais e faixas brancas que se elevam até o último pavimento. A este recurso, somam-se esquadrias com vidro que proporcionam movimento e atraem o olhar. Percebe-se que os arquitetos seguiram o modo de projetar característico da Escola Pernambucana de Arquitetura, cujos elementos tanto podem ser observados nas fachadas, quanto na planta do edifício.

O Edifício Eilat, construído em 1974, foi projetado pelos arquitetos Alex Lomachinsky e Emmanuel Lins e Mello. O edifício possui em sua forma primária um retângulo com várias saliências. A fachada frontal é rica em elementos decorativos, múltiplos recortes e saliências repetindo a ideia concebida por Delfim Amorim para o edifício Barão do Rio Branco. Saques se sobressaem na fachada para abrigar os armários,

denotando o estilo Amorim ao empregar a mesma linguagem utilizada pelo arquiteto no Edifício Búzios. Janelas emolduradas por saliências compõem com os saques dos armários belíssimo painel que alia cores e formas com a maestria de um artista. Detalhes em concreto projetam-se discretamente logo abaixo das janelas como elementos decorativos que integram os peitoris ventilados. O edifício se ergue sobre pilotis em formato trapezoidal, distribuídos de forma harmônica, linear, sobressaindo-se sobre o pavimento semi-enterrado, num conjunto que remete à obra de Amorim.

O Edifício Jacyra foi projetado em 1976, pelo engenheiro Edson Pontes da Nóbrega. A entrada do edifício é protegida por grade, favorecendo a comunicação com o exterior. Elementos característicos da obra de Delfim Amorim se sobressaem no exterior da edificação, como o uso de pilotis, janelas em esquadrias de vidro e saques que compreendem os armários destacando-se nas fachadas. No revestimento, claro e escuro se alternam proporcionando dinamismo ao pequeno edifício de dois pavimentos que emerge na paisagem em posição de destaque.

O projeto segue os princípios de Amorim na setorização bem definida, delimitando com o mesmo rigor os setores social, íntimo e serviço. Numa das fachadas observa-se reentrância marcante abrindo espaço para ventilação e luz naturais proporcionadas pelo uso de cobogós, favorecendo também a circulação vertical. O Edifício Jacyra compõe vasto conjunto de edifícios que reproduzem inequivocamente o estilo Amorim.

Para análise da morfologia dos edifícios erguidos à luz da LUOS 1983, foram selecionadas três obras do arquiteto Alexandre Mações, graduado em 1977 pela Universidade Federal de Pernambuco, com professores renomados da arquitetura moderna, como Delfim Amorim, Acácio Gil Borsoi e Wandenkolk Tinoco, entre outros. Suas construções escolhidas foram o Edifício Marcelo Asfora, localizado em Casa Forte, o Edifício Sobrado do Capibaribe, situado da Av. Beira Rio, com vista para o rio Capibaribe e o Edifício Sobrado do Shopping, único que se localiza na zona sul da cidade do Recife.

No edifício Marcelo Asfora, construído no ano de 1990 e situado em uma rua sem saída com traçado curvilíneo, podemos ver as limitações do lote marcadas por uma grade vazada. Sua entrada conta com a presença de uma escadaria que nos leva para o pavimento térreo, deixando o acesso à garagem rente ao limite do terreno, de

estrutura semi-enterrada. O prédio se assenta no maior terreno de seu lote, com uma lâmina que foge da forma prismal. Sua área de circulação vertical marca a fachada frontal ao se erguer até um coroamento que une visualmente toda a edificação. Porém, separando a frente em dois blocos, um destinado à circulação à esquerda do observador e à sua direita, a varanda comprida e sua jardineira.

Sua fachada se destaca também pelos revestimentos de tonalidades fortes. Suas janelas referentes às áreas íntimas se mostram a partir de reentrâncias que ganham destaque também através das cores das pastilhas. As mesmas possuem arremates em concreto que abrigam as caixas de ar-condicionado, logo abaixo da abertura da esquadria.

A segunda obra a ser analisada é o edifício Sobrado do Capibaribe, erguido em 1988 e situado na avenida Beira Rio, no bairro da Madalena. Nesta edificação, Mações busca contemplar os apartamentos com a melhor vista para o rio Capibaribe, situado no outro lado da avenida, além de favorecer a ventilação e evitar o calor do sol poente. O artifício utilizado foi o acréscimo de saliências em forma triangular na volumetria da fachada lateral pertencente a área íntima das residências, evidenciando assim uma influência de seu professor Acácio Gil Borsoi que utilizou anos antes o mesmo método no edifício Mirage.

O banheiro da suíte, situado na fachada posterior, possui o único traçado mais orgânico, com uma curva fechada, sem destaque na paginação exterior. Já o quarto mais próximo à sala tem em sua sacada uma conexão visual com a varanda, através de uma longa jardineira. Toda a fachada é ritmada pelas largas varandas, que por sua vez são acompanhadas pelo bloco vertical que abriga a caixa de escada. Bloco revestido pela cor branca e, ainda que recuado, se faz imponente ao emoldurar o coroamento que se dá a partir de um volume sólido apresentando em seu último pavimento um detalhe saliente ao corpo da torre de circulação.

Devido ao crescimento populacional da zona sul da cidade e o surgimento do maior centro de compras da época, o shopping Recife, o edifício Sobrado do Shopping, construído em 1991, foi projetado em uma configuração diferente dos analisados anteriormente, sendo este com seis apartamentos por andar e os anteriores com apenas um apartamento por andar.

Sua estrutura volumétrica é singela, porém Mações usa elementos característicos da arquitetura moderna, como os brises inseridos na fachada posterior e nas áreas de serviço dos apartamentos. Outro elemento encontrado são os arremates em concreto que inserem ritmo nas fachadas laterais e frontal, sendo estes mais um artifício utilizado por Borsoi anos antes no edifício União. O mesmo elemento construtivo reveste as caixas de ar-condicionado existentes nas fachadas, e os brises também compõem a volumetria da base referente ao estacionamento.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996 será elucidada por meio da análise de três distintos edifícios projetados pelo arquiteto Wandenkolk Tinoco: Villa Izabel, Villa Nazareth e Villa das Palmeiras. Nascido em 1936 na cidade do Recife, Wandenkolk foi um arquiteto que marcou profundamente a arquitetura moderna em Pernambuco, introduzindo inovações em suas obras e novas abordagens para edifícios em altura na cidade. Em suas obras, buscava criar uma arquitetura que combinasse a estética modernista com considerações climáticas. Suas construções se destacavam pelo eficiente aproveitamento da luz natural, ventilação adequada, fluidez na disposição dos elementos arquitetônicos, uso criativo de saliências e reentrâncias, integração com a natureza e a criação de ambientes harmoniosos. Seu objetivo era “trazer para os apartamentos valores enraizados no contexto local”, resultando em uma arquitetura discreta e não monumental que valorizava aspectos humanistas e racionais.

Serão analisados a seguir os três edifícios em altura a luz de 1996, como o edifício Villa Nazareth que foi projetado no ano de 1998 e possui uma estrutura composta por duas torres. Cada uma apresenta uma configuração que acomoda dois apartamentos por andar. O edifício está localizado no bairro da Tamarineira, situado na Rua Ibiapaba, de número 90, e possui um total de 27 pavimentos tipo em sua estrutura.

O Villa Nazareth apresenta uma setorização simétrica, com a maioria dos ambientes seguindo formas retangulares, com exceção da área de serviço, que apresenta uma parede em formato chanfrado para acomodar as condensadoras. A área destinada à escada e aos elevadores possui um layout retangular, com uma parede inclinada quebrando a monotonia e conferindo uma forma única e espaçosa.

O edifício Villa Izabel foi projetado em 2004 e é composto por uma única torre. Sua configuração interna contempla a disposição de dois apartamentos por andar, e apresenta um total de 32 pavimentos. Localiza-se no bairro da Madalena, na Rua Pessoa de Melo, de número 85. A setorização do edifício Villa Izabel foi distribuída de maneira retangular e simétrica em relação às duas residências que se configuram nas limitações do lote, com exceção das duas orelhinhas triangulares situadas nas áreas íntimas, que foram modificadas durante a construção. Parte da área destinada à escada e ao elevador de emergência destaca-se na fachada sul do edifício.

O edifício Villa das Palmeiras foi projetado em 2004 e também foi composto por uma única torre. Sua disposição interna inclui dois apartamentos por andar e total de 25 pavimentos. Localiza-se no bairro de Boa Viagem, na Rua Padre Bernardino Pessoa, número 415. A setorização do edifício Villa das Palmeiras apresentou uma abordagem diferenciada em relação à disposição dos ambientes, afastando-se do conceito de espaços quadrados e adotando formas variadas. Destacam-se varandas nas áreas íntimas, apresentando reentrâncias nas laterais do edifício. A área destinada à escada e aos elevadores segue um layout linear e uniforme, culminando com um elevador de emergência levemente voltado para a esquerda, localizado na fachada sul.

CONSIDERAÇÕES

Após a análise dos edifícios sob as diretrizes do Código de Obras de 1961, destacando o Edifício Medeiros, Edifício Eilat e Edifício Jacyra, regulamentados por essa legislação, perceberemos expressões distintas da arquitetura influenciada por esse período normativo. O Edifício Medeiros, projetado por Ernesto Lucas Vilaça e Vera Pires Viana, apresenta elementos da Escola Pernambucana, seguindo padrões de setorização e revestimento característicos. O Edifício Eilat, de Alex Lomachinsky e Emmanuel Lins e Mello, destaca-se por suas formas e revestimentos vibrantes, reforçando a influência de Delfim Amorim. O Edifício Jacyra, idealizado por Edson Pontes da Nóbrega, evidencia a presença de características “amorimnianas”, como pilotis e saques.

A análise da morfologia dos edifícios à luz da LUOS 1983 concentrou-se em obras de Alexandre Mações: Edifício Marcelo Asfora, Edifício Sobrado do Capibaribe e Edifício Sobrado do Shopping. Cada obra reflete a influência da Escola

Pernambucana, com destaque para o Edifício Marcelo Asfora, cuja forma prismal, varandas e revestimentos coloridos são característicos da arquitetura moderna. O Edifício Sobrado do Capibaribe, de 1988, evidencia a preocupação com ventilação e vista, utilizando saliências triangulares, enquanto o Sobrado do Shopping, de 1991, destaca-se pela singela volumetria e elementos modernos.

Na abordagem da LUOS 1996, exploramos três edifícios de Wandenkolk Tinoco: Villa Izabel, Villa Nazareth e Villa das Palmeiras. O arquiteto, notável pela integração da estética modernista com considerações climáticas, proporcionou obras que harmonizam luz natural, ventilação, e elementos arquitetônicos fluidos. Os edifícios revelam simetria, setorização e varandas que se destacam nas fachadas, evidenciando a preocupação com o ambiente e a influência da Escola Pernambucana.

Fica evidente, ao analisar esses edifícios sob diversas legislações ao longo dos anos, que as conexões com a Escola Pernambucana de arquitetura moderna são inegáveis. Mesmo sob a influência de diferentes regulamentações, os elementos distintivos dessas obras revelam a influência dos conhecimentos adquiridos pelos arquitetos na academia com seus mestres. O uso de elementos vazados, zonas de transição, setorização, membranas nas fachadas, elementos de proteção solar e dinamismo formal ressaltam a continuidade dos princípios ensinados na escola. Estes elementos não apenas se adaptam às exigências legislativas, mas também transcendem tais restrições, demonstrando a força e a relevância dos ensinamentos recebidos pelos arquitetos ao longo de suas trajetórias profissionais, contribuindo para a persistência de uma transição moderna marcada pela Escola Pernambucana na arquitetura vertical multifamiliar na cidade do Recife.

REFERÊNCIAS

CORTEZ, Karine Maria Gonçalves. **Giácomo Palumbo: trajetória e obra na cidade do Recife de 1919 – 1939**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MELO, Alcilia Afonso de Albuquerque. **Modernidade Arquitetônica Tropical: patrimônio arquitetônico moderno recifense e sua influência no nordeste brasileiro**. Camaragibe: Ed. da Autora, 2022.

MOREIRA, Fernando Diniz ; FERRAZ, B. **A casa alta por Alexandre de Castro e Silva: o edifício vertical recifense (1985-1995)**. In: Alcilia Afonso Melo. (Org.). A

casa alta por Alexandre de Castro e Silva: o edifício vertical recifense (1985-1995). 1ed. Campina Grande: EDU FCG, 2022, v. 1, p. 342-364.

REYNALDO, Amelia. **As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife.** Recife: CEPE, 2017, 451 p.: il.

Recife 500 anos: plano estratégico de longo prazo para o desenvolvimento da cidade = Recife 500 years: long-term strategic plan for city development / organizador: Agência Recife de Inovação e Estratégia - ARIES; 2. ed. revisada e atualizada. Recife: CEPE, 2022, 368p.: il.